

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM

LARISSA FREIRE BOTELHO

**A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E
NUTRIÇÃO DO ESCOLAR (CECANES), NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELOS MUNICÍPIOS.**

TEÓFILO OTONI

2014

LARISSA FREIRE BOTELHO

**A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E
NUTRIÇÃO DO ESCOLAR (CECANES), NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELOS MUNICÍPIOS.**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Msc. Vanessa Patrocínio de Oliveira.

TEÓFILO OTONI

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

BOTELHO, LARISSA FREIRE

A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR (CECANES), NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELOS MUNICÍPIOS [manuscrito] / LARISSA FREIRE BOTELHO. - 2014.

40 f.

Orientador: Vanessa Patrocínio de Oliveira.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Formação Pedagógica Para Profissionais da Saúde - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais da Saúde.

1.CECANES. 2. PNAE. 3.Alimentação Escolar. I.Oliveira, Vanessa Patrocínio de . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. III.Título.

Larissa Freire Botelho

**A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS COLABORADORES EM
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR (CECANES), NA
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PELOS MUNICÍPIOS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização de Formação Pedagógica
para Profissionais de Saúde da Escola de
Enfermagem da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do Certificado de Especialista.

Membros da Comissão Examinadora:



Profa. Vanessa Patrocínio de Oliveira (Orientadora)



Profa. Sônia Maria Nunes Viana



Prof. Fernando Ribeiro Andrade



Profa. Cinara Hollerbach

Data de aprovação: 13/12/2014

RESUMO

Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANES), oriundos de uma parceria estabelecida entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES), são unidades de referência e apoio constituídas, com estrutura e equipe, para desenvolver ações e projetos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O presente trabalho trata-se de estudo de revisão integrativa com o objetivo de relatar as ações desenvolvidas pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANES), bem como sua importância, na implementação do Programa de Alimentação Escolar pelos municípios. Desenvolvido nas bases de dados SciELO, Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Scopus, com os descritores “Ações desenvolvidas pelos CECANES”, “CECANE”, “CECANE e PNAE” e “Territórios da Cidadania Minas Gerais Alimentação Escolar”. A amostra incluiu doze estudos que apontaram diferentes ações desenvolvidas pelos CECANES, como pesquisas em diferentes áreas, formações de atores envolvidos na execução do Programa e assessoria e acompanhamento aos municípios. Foi possível verificar como essas ações auxiliam na implantação dos princípios e diretrizes do PNAE nos municípios atendidos pelo programa, e na consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no ambiente escolar, proporcionando uma execução eficaz do PNAE pelos gestores e atores envolvidos nos municípios.

Palavras-chave: CECANES, PNAE, Alimentação Escolar.

ABSTRACT

Collaborating Centers in Food and Nutrition School (CECANES), coming from a partnership established between the National Fund for Education Development (FNDE) and the Higher Education Institutions in Brazil (IES), are reporting units and formed support with structure and staff, to develop actions and projects under the National School Feeding Programme (PNAE). The present work it is integrative review study with the objective of describing the actions taken by the Collaborating Centers in Food and Nutrition School (CECANES) and its importance in the implementation of the School Feeding Program by municipalities. Developed in SciELO databases, Directory of Open Access Journals (DOAJ) and Scopus, with the descriptors "Actions taken by CECANES", "CECANE", "CECANE and PNAE" and "Territories of Citizenship Minas Gerais School Feeding". The sample included twelve studies that showed different actions developed by CECANES, as research in different areas, training of actors involved in program implementation and monitoring and advice to municipalities. It was possible to see how these actions assist in the implementation of the principles and guidelines of PNAE in the municipalities served by the program, and the consolidation of the National Policy for Food and Nutrition Security (PNSAN) in the school environment, providing effective implementation of PNAE by managers and stakeholders in the municipalities.

Key-words: CECANES, PNAE, school feeding.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVO	9
3 REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1 CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – CECANES	10
4 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	14
5 RESULTADOS	15
6 DISCUSSÃO	31
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	39

1. INTRODUÇÃO

A alimentação adequada é considerada um direito humano à vida, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, cabendo ao poder público adotar ações e políticas que promovam e garantam que os indivíduos possam alimentar-se de forma digna (SILVA CAM et al, 2013; BRASIL, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (FNDE/MEC), é considerado a maior e mais antiga política pública brasileira na área de segurança alimentar e nutricional, e mais abrangente do mundo, no que se refere ao atendimento universal e de direito humano à alimentação adequada e saudável aos estudantes (BRASIL, 2013; SARAIVA et al, 2013).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE), em 2006, baseando-se na Portaria Interministerial 1.010/2006 e outras leis vigentes, propuseram parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) das cinco regiões geográficas do país, criando os denominados Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) para executar ações de Ensino, Pesquisas e Projetos de Extensão no âmbito do PNAE (CHAVES, 2011; PEIXINHO, 2013).

A consolidação das parcerias e a implantação dos CECANES foram acontecendo de maneira gradativa. Em 2007 foi assinado o 1º Termo de Cooperação com a Universidade Federal da Bahia e criado o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/UFBA). Os Centros Colaboradores inicialmente foram implantados junto à nove Universidades Federais: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Bahia e Pernambuco (SILVA, 2011). Atualmente existem oito CECANES atuantes.

De acordo com Brasil (2013, p.7):

Evidencia-se a necessidade de estabelecer parceria efetiva com instituições que tenham experiência reconhecida em pesquisa e atividades de apoio à gestão para que o trabalho de formação, controle e avaliação do PNAE possa alcançar a abrangência necessária e a efetividade e eficiência que se espera de um programa desse porte. Desta forma, a parceria com Instituições Federais de Ensino Superior é de fundamental importância para a consecução conjunta de todas as atividades que envolvem a operacionalização do PNAE.

Segundo Silva (2011, p.21):

Esses Centros tem por objetivo fomentar projetos educacionais, através de atividades de extensão e pesquisa que tomam por objeto o desenvolvimento de metodologias e produção de conhecimento, para formação dos profissionais que atuam na alimentação escolar, com vistas à atualização em saberes estratégicos para o avanço das práticas relacionadas ao PNAE.

2. OBJETIVO

Relatar as ações desenvolvidas pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANES), bem como sua importância, na implementação do Programa de Alimentação Escolar pelos municípios.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – CECANES

O Manual de Operação das Parcerias entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Instituições de Ensino Superior (IES), trás a seguinte definição para os CECANES:

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) é uma unidade de referência e apoio constituída para desenvolver ações e projetos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas de interesse prioritário do Programa e nas formas de atuação previstas (BRASIL, 2013, p. 13).

Os Centros Colaboradores existentes são: CECANE/UFRGS (Rio Grande do Sul), CECANE/UFPR (Paraná), CECANE/UFSC (Santa Catarina), CECANE/UFG (Centro-Oeste), CECANE/UFOP (Minas Gerais e Espírito Santo), CECANE/UFBA (Bahia e Sergipe), CECANE/UNIFESP (São Paulo e Rio de Janeiro) e CECANE/UNB, através do CET UNB (Centro de Excelência em Turismo e Gastronomia da UNB) (PEIXINHO, 2013).

O funcionamento dos CECANES acontece através de parcerias firmadas entre o FNDE e as Instituições de Ensino Superior (IES), ou por meio de Associações técnico-científicas e Organizações da sociedade civil, visando atuar regionalmente e/ou internacionalmente, mediante a descentralização orçamentária de recursos. As IES interessadas encaminham as propostas a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE/FNDE), durante o período de habilitação das instituições (BRASIL, 2013).

Segundo Brasil (2013, p. 8), o objetivo das parcerias é:

Prestar apoio técnico, acadêmico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, bem como desenvolver outras ações pertinentes à boa execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de modo a contribuir para a efetivação e consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar.

O Projeto Básico estabeleceu que os critérios observados juntos as Instituições de Ensino Superior (IES) para a consolidação das parcerias são:

- Não ter fins lucrativos;
- Posição científica e técnica no âmbito nacional, internacional, com particular referência aos resultados recentes de estudos, pesquisas e atividades de extensão em

andamento, vinculados a área de alimentação, nutrição e, se possível, ao Programa de Alimentação Escolar;

- A qualidade de sua liderança científica e tecnológica, qualificações e tamanho do seu corpo técnico, adequação de equipamentos e apresentação de áreas que possuam laboratórios, salas de aula e outras instalações afins, quando exigido pelo projeto;
- Estabilidade em termos financeiros, de pessoal e atividades;
- Relevância técnica e geográfica;
- Capacidade e disponibilidade para prestar serviços durante um período suficiente e não apenas numa única e limitada tarefa;
- Articulações e/ou prestação de serviços, no âmbito internacional, permissão, pelo estatuto das entidades, para a realização de contratos ou acordos com terceiros ou com pessoas jurídicas (como co-executoras para a consecução dos objetivos pactuados, fortalecendo os recursos nacionais por meio da transferência de conhecimentos e tecnologia, prestação de serviços, pesquisa e capacitação de pessoal, e apoio ao desenvolvimento da alimentação e nutrição) (BRASIL, 2006, p. 6).

As áreas de interesse prioritários definidas pelo FNDE para as parcerias são:

Segurança alimentar e nutricional; educação alimentar e nutricional; agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável; integração de políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição, agricultura, educação e segurança alimentar e nutricional; gestão de política pública de alimentação do escolar; monitoramento e avaliação da alimentação escolar; controle social da política pública de alimentação escolar; alimentação escolar para povos indígenas e comunidades quilombolas; direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2013, p. 18).

Cabe aos CECANES às competências abaixo listadas:

- Desenvolver atividades e projetos de ensino e/ou extensão e/ou pesquisa vinculados ao PNAE;
- Responsabilizar-se pela execução do projeto, podendo haver co-executoras, destinando o percentual dos recursos financeiros, de acordo com a legislação específica. A Entidade Executora (Instituição de Ensino Superior, Associações técnico-científicas e Organizações da Sociedade Civil) é a responsável pela execução gerencial e financeira do projeto e de seu objeto. A co-executora, quando existente, participa da execução técnica do projeto, bem como do planejamento das ações, quando solicitada;
- Enviar relatório parcial ao FNDE, em julho, e final, em janeiro do ano subsequente, sobre as ações desenvolvidas pelo Centro Colaborador, que poderá

subsidiar o planejamento das ações a serem desenvolvidas para o exercício subsequente;

- Encaminhar ao FNDE, para aprovação, o Plano de trabalho, conforme estabelecido por este, referente ao exercício subsequente até setembro do ano corrente;
- Implantar gradualmente a estrutura descrita no presente documento, de acordo com os produtos e atividades propostos ao respectivo Centro Colaborador para cada exercício (BRASIL, 2008, p. 6).

A estrutura organizacional dos CECANES está apresentada na FIGURA 1.

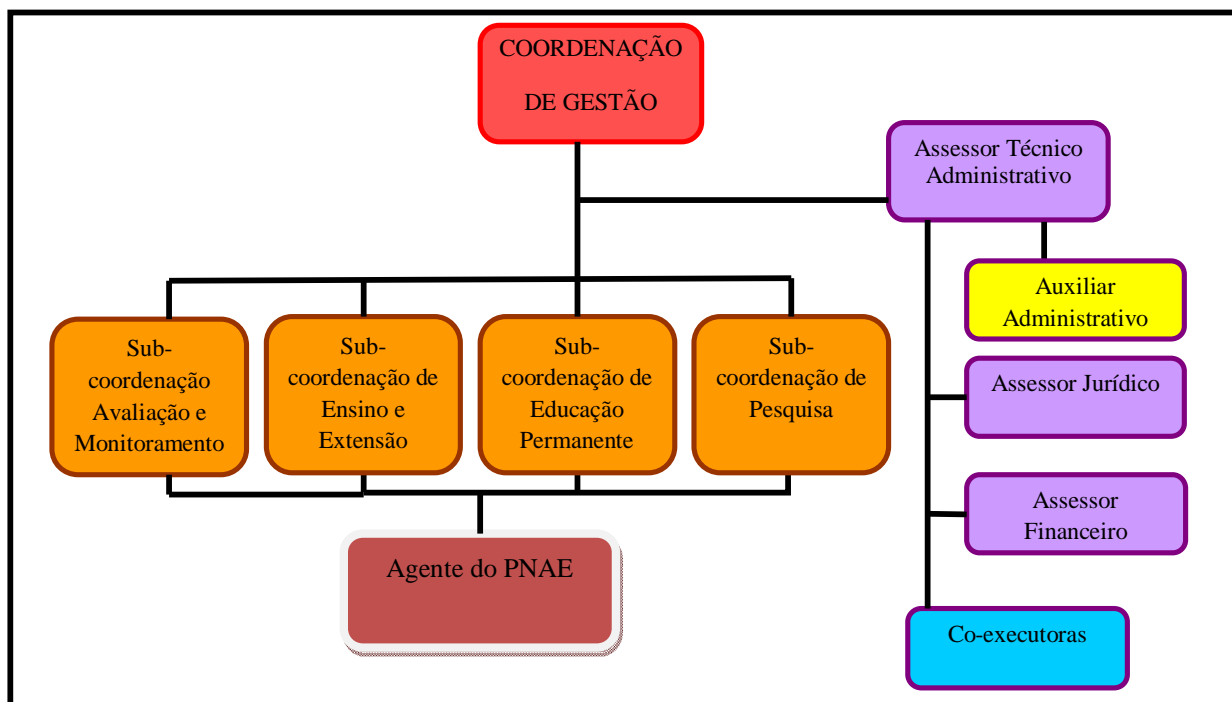
As formas de atuação consideradas prioritárias para a colaboração são: formação de gestores, conselheiros, nutricionistas, coordenadores pedagógicos, professores, agricultores familiares e outros agentes; assessoria a municípios e estados sobre a execução e prestação de contas; estudos e pesquisas de âmbito regional e/ou nacional; apoio técnico ao FNDE; cooperação internacional (BRASIL, 2013).

Cabe a Sub-coordenação de Avaliação e Monitoramento a execução do produto “Assessoria”, que consiste no apoio técnico e científico para a execução do PNAE, prestado aos Estados, municípios e Distrito federal, bem como internacionalmente e no órgão executor do Programa no nível federal. Além da implantação de um Centro de Documentação e Informação das ações e atividades desenvolvidas pelos Centros Colaboradores (BRASIL, 2008; BRASIL, 2006).

A Sub-coordenação de Ensino e Extensão é responsável pela capacitação de profissionais para atuarem no Programa de Alimentação Escolar. Desenvolvendo cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e cursos em geral, à distância ou presencial, em alimentação escolar com ênfase em segurança alimentar e nutricional e controle social. Além de Intermediar discussões sobre as políticas de alimentação e nutrição desde a graduação de nutrição e pós-graduação, interagindo com o PNAE (BRASIL, 2008; BRASIL, 2006).

A realização de formações/capacitações de conselheiros, agentes envolvidos no PNAE (nutricionistas, gestores, agricultores familiares, cantineiras (os), diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros) e sociedade civil que contribuem para o exercício do controle social e para a execução do PNAE é responsabilidade da Sub-coordenação de Educação Permanente (BRASIL, 2008; BRASIL, 2006).

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS COLABORADORES.



FONTE: SILVA, 2011.

As atividades de pesquisas e estudos na área de segurança alimentar e nutricional, saúde do escolar e demais temas no âmbito do PNAE, contemplando os princípios e diretrizes do Programa são desenvolvidas pela Sub-coordenação de Pesquisa (BRASIL, 2008; BRASIL, 2006).

Todas as demandas de interesse e necessidade do PNAE estão dispostas no “Documento Básico de Demandas Para as Parcerias entre o FNDE e as IES, no Âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Documento elaborado para tornar públicas as áreas de interesse do FNDE junto as IES e detalhar o conteúdo das formas de atuação, bem como os critérios de escolhas do público alvo e de localidades. Além de orientar os CECANES e as novas IES quanto à elaboração dos planos de trabalho.

4. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

No presente estudo foi utilizada uma revisão bibliográfica desenvolvida por meio do método de Revisão Integrativa, com a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada. Esta se compõe por seis fases, que foram utilizadas para o desenvolvimento deste estudo: identificação do tema e seleção da hipótese; amostragem ou busca na literatura; categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão; interpretação dos resultados e apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para orientar esse estudo, a questão de pesquisa formulada foi: Quais as ações desenvolvidas pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANES), bem como sua importância na execução do Programa de Alimentação Escolar? A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), Scopus (Elsevier) e na biblioteca SciELO (Scientific Electronic Library Online). Estas bases foram acessadas por meio do Portal de Periódicos CAPES (<http://periodicos.capes.gov.br>), em dezembro de 2013, utilizando os descritores “Ações desenvolvidas pelos CECANES” and “CECANE” and “CECANE e PNAE” and “Territórios da Cidadania Minas Gerais Alimentação escolar”.

Os critérios de inclusão adotados para orientar a busca e seleção dos artigos foram: abordar a temática dos CECANES e do Programa Nacional de Alimentação Escolar apresentar-se no idioma português, período de publicação a partir de 2007 e estarem disponíveis na íntegra. Os critérios de exclusão estabelecidos foram: trabalhos científicos que não atendam a questão do estudo e artigos incompletos ou que trazia disponível apenas o resumo.

Houve a necessidade então de obter informações detalhadas sobre o assunto junto a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE), no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão que fomentou a criação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANES). A coordenadora geral da CGPAE, Albaneide Maria Lima Peixinho, concedeu uma autorização (APÊNDICE A) para que todos os documentos e informações disponíveis na CGPAE, sobre o PNAE e os CECANES pudessem ser acessadas e consultadas.

Houve uma análise documental de manuais, relatórios, planilhas, planos de ação, entre outros que foram disponibilizados pela CGPAE, alguns desses estão liberados para consulta no site do FNDE (<http://www.fnde.gov.br>).

5. RESULTADOS

Depois da utilização dos descritores foram identificados 37 artigos, desses, 13 foram excluídos por repetição, 2 por não estarem disponíveis na íntegra, 2 por estarem publicados em idioma não incluído no estudo, 7 foram rejeitados após primeira análise de leitura do título e resumo e 1 foi excluído após segunda análise, por não apresentarem a temática proposta como temas de estudo e discussão.

Portanto, foram incluídos nesta revisão integrativa 12 artigos, todos publicados em português, dos quais 1 foi publicado em 2012, e os 11 restantes em 2013. Para melhor análise e compilação dos dados, com o intuito de facilitar a revisão, foi elaborado um quadro em arquivo de Word, em que foi especificado título dos artigos, tipo e ano de publicação, tipo de delineamento e principais resultados dos estudos selecionados. A FIGURA 2 mostra um quadro sinóptico dos estudos selecionados para a amostra.

FIGURA 2 – QUADRO DE ARTIGOS SELECIONADOS E SISTEMATIZADOS.

TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO DE PESQUISA	PRINCIPAIS RESULTADOS
1-Escola: lugar de estudar e de comer.	Artigo Científico	2013	Qualitativa	Apresenta resultados de uma pesquisa sobre os significados da alimentação escolar (especificamente, refeições oferecidas pelo PNAE) atribuídos por estudantes em escolas públicas na Bahia. Trata-se de compreender aspectos simbólicos associados à alimentação escolar na complexidade do mundo cotidiano da escola.
2- Alimentação escolar nas comunidades quilombolas:	Artigo Científico	2013	Relato de experiência e Revisão de Literatura	Apresentar os desafios e as potencialidades da alimentação escolar nas comunidades quilombolas

<p>desafios e potencialidades.</p>				<p>e relatar a experiência do CECANE UFG e região Centro-Oeste.</p>
<p>3- Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina: caracterização e perfil de atuação.</p>	<p>Artigo Científico</p>	<p>2013</p>	<p>Investigação Transversal</p>	<p>Avaliação dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar (CAE) no Estado de Santa Catarina, procurando identificar e analisar suas características e perfil de atuação. Verificaram-se pontos satisfatórios acerca da atuação dos CAE, sendo que algumas questões importantes ainda necessitam de aperfeiçoamento, dentre elas o desconhecimento sobre o conteúdo e importância do Regimento Interno; a não divulgação sobre os recursos gastos com o programa; a baixa participação na elaboração do cardápio; bem como uma maior periodicidade na fiscalização dos recursos federais, não devendo ser esta atividade restrita apenas ao período da análise da prestação de contas. Além disso, destaca-se a necessidade</p>

				de atuação interligada de nutricionistas e conselheiros, os quais, em conjunto com os profissionais da educação e saúde e demais membros da comunidade escolar, se constituem em agentes fundamentais no estímulo aos alunos à prática de hábitos alimentares saudáveis, com vistas à garantia da segurança alimentar e nutricional.
4-O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão.	Artigo Científico	2012	Revisão de Literatura	Traçar o panorama atual da educação alimentar e nutricional, no bojo das políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil e das ações desenvolvidas a nível local com o intuito também de identificar algumas tendências teórico-metodológicas que norteiam às práticas educativas no campo da alimentação e nutrição. Observou-se que a educação alimentar e nutricional tem sido alvo de debates na busca de

			<p>concebê-la como uma ação governamental. Entretanto, em que pese os avanços na formulação das políticas, registrou-se os hiatos existentes entre estas e as ações empreendidas a nível local. As bases teórico-metodológicas que regem as ações educativas em alimentação e nutrição estão situadas em modelos tradicionais baseados na transmissão de informações com a hegemonia de técnicas como palestras e produção de materiais informativos. Destaca-se a urgência para a construção de novas perspectivas para as práticas de educação alimentar e nutricional. Conclui-se que a educação alimentar e nutricional é menos um instrumento do que um dispositivo de ações conjugadas que devem envolver diferentes setores e disciplinas, entretanto, demanda investimentos na formação profissional e na produção</p>
--	--	--	--

				de conhecimento no campo.
5- A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas.	Artigo Científico	2013	Relato de experiência (dados analisados por meio da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo)	Apresentar a experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde, um espaço de articulação dos profissionais envolvidos na promoção da alimentação saudável na escola (nutricionistas, diretores/assistentes de direção, coordenadores pedagógicos, professores e graduandos de nutrição). O processo de avaliação da OPEAS permitiu identificar: a relação entre educadores e nutricionistas se apresentava distantes e, portanto, não se realizavam atividades interprofissionais/interdisciplinares no ambiente escolar; a interação promovida pela OPEAS, por meio da troca de experiências e conhecimento, gerou estímulo ao trabalho em parceria; A OPEAS contribuiu para a formação diferenciada de

				graduandos em nutrição na área de alimentação escolar e educação alimentar e nutricional; e Espaços de Educação Permanente devem ser disponibilizados para os profissionais da escola a fim de fornecer apoio constante às ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.
6- A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003 – 2010: relato do gestor nacional.	Artigo Científico	2013	Revisão de literatura e em dados oficiais.	Relato do gestor nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ênfase no período de 2003 a 2010. Avanços em termos de alocação de recursos financeiros, cobertura populacional e estratégias operacionais, bem como em sua concepção ou ressignificação como política pública ou programa social em alimentação e nutrição do escolar no contexto da sociedade brasileira.
7- Panorama da compra de alimentos da	Artigo Científico	2013	Revisão de literatura e em dados	Apresentar um panorama da compra de alimentos provenientes da agricultura

<p>agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.</p>		<p>oficiais.</p>	<p>familiar, analisando o seu cumprimento frente às novas diretrizes de execução do PNAE relativo ao exercício de 2010. Cerca de (47,4%), dos municípios brasileiros adquiriram alimentos da Agricultura Familiar (AF) para alimentação escolar e o percentual de compra nestes foi, em média de 22,7%. A Região Sul apresentou maior percentual de compra da AF possivelmente relacionado ao nível de organização dos produtores rurais e dos gestores da região. A Região Centro-Oeste apresentou o menor percentual de compras, o que pode estar relacionado ao predomínio de produção ligada ao agronegócio e a pouca produção agrícola familiar nesta região se comparada à Região Sul. Cabe ressaltar que o ano de 2010 foi o primeiro de obrigatoriedade da compra</p>
---	--	------------------	---

				<p>da agricultura familiar para o PNAE. A cada ano, novos avanços vêm sendo construídos e os dados de 2011 e 2012 provavelmente apontarão um percentual maior de compras, no total de municípios e no volume total de compras. Em função do caráter recente da legislação, destaca-se a necessidade de organização de gestores e agricultores para a efetivação desta normativa nos diferentes contextos brasileiros e assim contribuir tanto para o desenvolvimento econômico local, como para o fornecimento de refeições aos escolares que atendam aos princípios de uma alimentação saudável e adequada.</p>
<p>8- Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da</p>	Artigo Científico	2013	Quantitativo	<p>Verificar a efetividade das formações de nutricionistas realizadas pelo CECANE UFRGS, entre 2007 e 2009. Quanto à percepção dos nutricionistas à formação,</p>

<p>efetividade.</p>				<p>observou-se que no que diz respeito aos objetivos traçados a formação se revelou efetiva: na sua função de difusão e atualização das normas e objetivos do PNAE e na troca de experiências e práticas eficientes de gestão. Com relação às dificuldades para a execução e aplicação de atividades junto ao PNAE, tal como abordadas na formação, verificou-se que as principais estão relacionadas à carga horária e a gestão de pessoas. Quando questionados sobre os obstáculos encontrados, os participantes relatam dificuldade em adaptar a teoria abordada à realidade em que atuam.</p>
<p>9 - Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil.</p>	<p>Artigo Científico.</p>	<p>2013</p>	<p>Revisão de literatura e em dados oficiais.</p>	<p>Refletir sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ênfase no número de profissionais, nas atribuições e nos avanços e desafios do profissional. O</p>

			<p>quantitativo de municípios brasileiros com nutricionistas cadastrados no SINUTRI/FNDE evoluiu de 12% para 79%, no período de 2003 a 2011. Observa-se ainda certa desigualdade na distribuição dos nutricionistas entre as regiões do Brasil, sendo a Região Norte aquela com menor percentual de municípios cobertos por nutricionistas em 2011 (59%), a região Sul apresentou maior valor (85%). Os resultados encontrados refletem desigualdade na distribuição dos profissionais entre as regiões. As diversas atividades do profissional no Programa sugerem a necessidade de constante atualização e formação do nutricionista atuante no PNAE. É necessário também o cumprimento e a fiscalização dos parâmetros numéricos de referência para contratação</p>
--	--	--	--

				de nutricionistas nos distintos municípios e Estados brasileiros.
10- Avaliação da presença de microrganismos indicadores higiênico-sanitários em alimentos servidos em escolas públicas de Porto Alegre, Brasil.	Artigos Científicos	2013	Delineamento experimental	Avaliar a presença de microrganismos indicadores higiênico-sanitários em amostras de alimentos servidos em escolas públicas de Porto Alegre. Foram analisados todos os alimentos servidos na refeição do turno da visita, quanto à presença de <i>Escherichia coli</i> , <i>Staphylococcus coagulase</i> positiva, <i>Salmonella</i> sp. e <i>Shigella</i> sp. Na maioria das escolas estudadas, os alimentos servidos aos escolares estavam dentro de padrões higiênico-sanitários adequados, pois não foram encontradas bactérias do gênero <i>Salmonella</i> e <i>Shigella</i> , apenas cinco apresentavam <i>E. coli</i> acima dos parâmetros da legislação e dois tinham a presença de <i>Staphylococcus coagulase</i> positiva. Entretanto, problemas foram

				<p>detectados no cumprimento da presença do responsável técnico pela alimentação escolar, o que determinou que uma parcela das escolas estivesse em desacordo com as exigências da legislação. Foi evidenciado que somente escolas municipais contavam com a orientação de responsável técnico pela alimentação escolar, das escolas estaduais 60% nunca haviam recebido visita de nutricionista nas quais foram encontrados procedimentos em desacordo com as exigências da legislação. Esse resultado demonstra a necessidade da implantação das Boas Práticas (BP) no ambiente escolar como fator indispensável para que os alunos recebam alimentos seguros.</p>
11- Formação de coordenadores pedagógicos em	Artigo Científico	2013	Relato de experiência (observação	Descreve a experiência de formação de coordenadores

<p>alimentação escolar: um relato de experiência.</p>		<p>participante e análise de dados)</p>	<p>pedagógicos em Alimentação Escolar desenvolvida pelo CECANE UFBA. Levando em consideração o objetivo da formação, que foi de sensibilizar e orientar os coordenadores pedagógicos no uso de suas possibilidades de propor e construir, junto com a comunidade escolar, práticas educativas voltadas para a transversalização do tema da alimentação e nutrição, enquanto projeto pedagógico, pode-se considerar que o mesmo foi alcançado em grande parte. Salienta-se que a experiência de integrar coordenadores pedagógicos e nutricionistas para o planejamento de ações educativas foi positiva. Destaca-se ainda a relevância de estimular os processos de formação dos coordenadores pedagógicos em torno da temática proposta,</p>
--	--	---	---

				<p>articulando com políticas públicas interssetoriais que forneçam subsídios teórico-metodológicos a fim de colaborar para a inserção do tema alimentação e nutrição nos projetos pedagógicos. Embora considerem um tema relevante, os coordenadores pedagógicos não tem formação suficiente nos conhecimentos de alimentação e nutrição para subsidiar as suas práticas pedagógicas. Considerando que a formação apresente limitações quanto a seu desdobramento no campo de trabalho, pois a sensibilização alcançada pode ser fragilizada na volta dos atores ao seu ambiente laboral por falta de uma formação permanente.</p>
12- Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a	Artigo Científico	2013	Estudo de Intervenção	Contribuir para a promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da

<p>alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo.</p>			<p>Cidadania do País (TC Norte (ES), Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (MG)), a partir de atuação de equipes compostas por nutricionista, educador popular e engenheiro agrônomo ou técnico agrícola nos municípios. Constatou-se que as ações desenvolvidas foram capazes de contribuir positivamente para o avanço do processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, nos quatro territórios da cidadania. Os resultados mais expressivos ocorreram na organização dos agricultores familiares locais, na contratação de nutricionistas, no apoio dos gestores e na situação do município em relação à compra da agricultura familiar segundo a Lei nº 11.947/2009. No entanto, os resultados relativos à atuação do CAE não foram considerados satisfatórios,</p>
---	--	--	---

				<p>sugerindo uma possível limitação do método empregado ou da atuação das equipes. Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de ações mais efetivas por parte do CECANE/UFOP e dos órgãos governamentais, capazes de efetivamente garantir a execução do controle social nos TC.</p>
--	--	--	--	---

6. DISCUSSÃO

Em sua maioria, os artigos selecionados foram elaborados pelas equipes do CECANES existentes no país, dentre os quais, um artigo pelo CECANE UFOP, três pelo CECANE UFBA, um artigo pelo CECANE UFG, dois pelo CECANE UFRGS, três pelo CECANE UFSC e um artigo pelo CECANE UNIFESP.

Segundo Freitas et al (2013, p. 980), “o PNAE é uma política pública que discursa sobre a complementação da alimentação diária para evitar sensações de fome no momento do ensino/aprendizagem, formando um vínculo entre alimentação e escola”.

Cerca de 45 milhões de estudantes são atendidos pelo PNAE. Porém, mesmo com sua magnitude e importância social, é preciso conhecer como seus usuários o significam e tentar torná-lo positivo em áreas onde se encontra precário. Uma vez que os alunos que padecem de alguma patologia de caráter nutricional ou se encontram em situação de vulnerabilidade social, a alimentação do PNAE é fundamental, pois, ao reduzir a privação vivida, a escola inscreve nesses alunos, um valor social articulado ao comer. (FREITAS et al, 2013). Além disso, um estudo elaborado por Juzwiak et al (2013, p. 1010) considera que:

O ambiente escolar é um espaço excelente para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde, pois permite não só que tais ações sejam implementadas desse a educação infantil, de forma contínua e por longo período, mas também, por permitir a inclusão da comunidade familiar e escolar nesse processo.

Para que haja uma execução satisfatória do PNAE nos municípios e Estados, há necessidade de condições administrativas favoráveis para recepcionar e desenvolver o programa, além do modo como os gestores o concebem e entendem o repasse de recursos do governo federal calculado pelo censo escolar. Cabe ressaltar ainda a importância do controle social, realizado pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, local, para a efetivação do programa (FREITAS et al, 2013). Gabriel et al (2013, p. 972), observou ainda que “experiências de democracia participativa vivenciadas por distintas modalidades de conselhos municipais indicam teoricamente um salto na instituição democrática. Porém, na prática estas, têm ainda um longo caminho a percorrer antes de consolidarem-se como realidade efetiva.”

Nesse contexto, a atuação dos CECANES é imprescindível para que a execução da política nos Estados e municípios aconteça de maneira satisfatória.

Scarparo et al (2013, p. 1001), destaca em um estudo que avaliou as formações para nutricionistas que atuam no PNAE, realizadas pelo CECANE UFRGS, no período de 2007 e 2009, pôde-se constatar que: “as temáticas trabalhadas contribuíam para a promoção de

mudanças na execução do PNAE, principalmente em termos de difusão e atualização das normas e objetivos e na troca de experiências e práticas eficientes de gestão”.

No estudo desenvolvido por Santos et al (2013, p. 993), onde buscou-se relatar a experiência de formação de coordenadores pedagógicos em Alimentação Escolar realizada pelo CECANE UFBA, ficou evidente que “os objetivos da formação de sensibilizar e orientar os coordenadores para a transversalização do tema alimentação e nutrição no currículo escolar foram alcançados. A proposta educativa foi avaliada pelos participantes como “dinâmica”, “produtiva” e “interativa”, promovendo trocas de experiências”.

As formações buscam gerar envolvimento, postura crítica e ética, e reflexão sobre as atividades desenvolvidas por cada agente em suas realidades, visando aprimorar suas práticas de forma contextualizada, para o enfrentamento das situações inerentes à sua função. Neste sentido, as ações de formação com os sujeitos envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) procuram qualificar a execução do Programa, através do aumento da participação social e do alcance do cumprimento de suas diretrizes e princípios, com o objetivo de promover a saúde no ambiente escolar (BRASIL, 2013; CHAVES, 2011; SCARPARO et al, 2013).

Dessa forma, a educação permanente pode ser considerada uma estratégia relevante de fortalecimento e instituição de práticas transformadoras no cotidiano do trabalho, podendo se constituir uma resposta às demandas do programa (CHAVES, 2011).

O produto “Qualificação de atores na perspectiva da implementação da Lei 11.947 em Territórios da Cidadania”, desenvolvido pela Sub- coordenação de Ensino e Extensão do CECANE UFOP, foi o alvo de estudo para Bezerra et al (2013, p. 341), onde ficou constatado que:

As ações desenvolvidas a partir da atuação de equipes compostas por nutricionista, educador popular e engenheiro agrônomo ou técnico agrícola, que visitaram, por pelo menos dois momentos, todos os municípios pertencentes aos quatro Territórios da Cidadania, foram capazes de contribuir positivamente para o avanço do processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos municípios, além de propiciar resultados mais expressivos na organização dos agricultores familiares locais, na contratação de nutricionistas, no apoio dos gestores e na situação do município em relação à compra da agricultura familiar segundo a Lei 11.947/2009. No entanto os resultados relativos a atuação do CAE não foram considerados satisfatórios, sugerindo uma possível limitação do método empregado ou da atuação das equipes.

A “Assessoria aos municípios, Estados e Distrito Federal” é outro produto desenvolvido pelos CECANES de extrema importância. O assessoramento consiste na atuação de equipes compostas por nutricionista e contador nos municípios, que são previamente selecionados segundo critérios estabelecidos pela CGPAE/FNDE. O período de permanência das equipes nos municípios na primeira visita é de cinco dias, com direito a revisita. As atividades desenvolvidas vão desde o diagnóstico situacional dos municípios, através do levantamento de informações, até o repasse de orientação técnica a todos os atores envolvidos no Programa de Alimentação Escolar, com vistas ao aprimoramento do Programa e a correção de falhas na execução (BRASIL, 2013).

Contabilizadas até o presente momento, são mais de 60 pesquisas desenvolvidas pelos CECANES desde 2007. Foi observado por Silva (2011, p. 22), em um estudo onde o foco principal foi avaliar as pesquisas desenvolvidas pelos CECANES, bem como suas utilizações pelo PNAE, que:

As pesquisas realizadas pelos CECANES contribuem com o aperfeiçoamento normativo do Programa e com a sua operacionalidade, garantindo o atendimento das Metas do Milênio, da Estratégia Global para Alimentação, Nutrição e Saúde- WHO-2002 e o atendimento das diretrizes da Estratégia Fome Zero.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas que a atuação das equipes dos Centros Colaboradores possui um papel importante para um desempenho bem-sucedido do Programa de Alimentação Escolar pelos municípios.

Pôde-se constatar através dos resultados obtidos, que as atividades e as pesquisas que são desenvolvidas pelas Sub-coordenações dos CECANES, têm subsidiado o aperfeiçoamento das ações do governo federal (CGPAE/FNDE/MEC) no âmbito do PNAE, assim como para os gestores e atores envolvidos no Programa dos municípios, contribuindo para a melhoria da qualidade da gestão e do controle social relativo ao PNAE.

Cabe ressaltar que uma administração eficiente do Programa pode trazer benefícios, para além de um atendimento adequado ao público alvo do PNAE. A Lei nº 11.947/2009, que por sua vez, trouxe novos avanços como a recomendação de que no mínimo 30% do repasse do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar; reforçou que a coordenação das ações de alimentação escolar deve ser realizada por nutricionista, e dispôs também que o profissional deverá estar obrigatoriamente cadastrado no Sistema de Cadastro de Nutricionistas (SINUTRI) no FNDE e vinculado ao setor de alimentação escolar da Entidade Executora (EE). Nesse contexto, outras vantagens são notórias, como o aumento da demanda de contratações e da valorização do profissional de nutrição; estímulo e geração de ocupação e renda aos agricultores familiares locais; o fortalecimento e desenvolvimento de atividades ligadas ao meio rural, podendo propiciar diminuição nos índices de emigração do campo, principalmente pelo público jovem; o incentivo a ações de cooperativismo, proporcionando uma melhor organização dos agricultores e conseqüentemente maior qualidade dos produtos adquiridos pela agricultura familiar, resultando assim em uma melhor qualidade de vida desse grupo populacional.

Observa-se ainda a importância do estabelecimento de novas parcerias entre o FNDE e Instituições de Ensino Superior, como nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Na primeira região não existe CECANE, no Nordeste somente os Estados da Bahia e Sergipe tem a atuação do CECANE/UFBA. Cabe a CGPAE a responsabilidade de assessorar os demais Estados e municípios, porém a coordenação não dispõe de recursos humanos suficientes para um acompanhamento contínuo e eficaz como o realizado pelas equipes dos Centros Colaboradores. E já na região Centro-Oeste existe o CECANE/UFMG que é responsável pelos três Estados.

O estudo realizado por Chaves et al (2013), constatou que dentre as regiões do país, a região Norte foi a que apresentou menor percentual de municípios com nutricionistas cadastrados no PNAE/FNDE (59,4% - 449 municípios/ 375 nutricionistas) em 2011, em seguida a região Nordeste com (79,3% - 1.794 municípios/ 1.907 nutricionistas), o Centro-Oeste com (78,3 % - 466 municípios/ 522 nutricionistas), o Sudeste (81,4% - 1.668 municípios/ 2.002 nutricionistas) e a maior cobertura ficou com a região Sul, apresentando um percentual de (84,5% - 1.188 municípios/ 1.412 nutricionistas).

Um fato importante que está diretamente ligado com o estudo supracitado é o número e a atuação dos CECANES por região. A região Sul apresenta um Centro Colaborador por Estado (CECANE/UFRGS, CECANE/UFPR, CECANE/UFSC), já no Sudeste a abrangência é de um CECANE para dois Estados, o CECANE/UFOP (Minas Gerais e Espírito Santo) e o CECANE/UNIFESP (São Paulo e Rio de Janeiro). Como mencionado anteriormente, no Centro-Oeste é o CECANE/UFMG responsável pelos três Estados e no Nordeste existe o CECANE/UFBA para atuar na Bahia e Sergipe. E por fim, na região Norte não existe nenhum Centro Colaborador.

O ideal era que tivessem CECANES instituídos em cada Estado, para que houvesse uniformidade das ações realizadas e uma efetiva execução do Programa em todo país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, A. Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade? **Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)**, nº. 64, ano VII, p. 40-43. Abril, 2012. ISSN: 1647-8975.

BEZERRA, O. M. P. A. *et al.* Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.26, n.3, p. 335-342, maio/jun., 2013.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. **In: Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, p. 15-80, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Projeto Básico para criação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar**. Brasília, DF, 2006. 17p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar**. Brasília, DF, 2008. 14p.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Documento básico de demandas para as parcerias entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e as Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2013. 12p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Manual de operação das parcerias entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e as Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2013. 22p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2013.

CHAVES, L. G. **Formação de merendeiras na perspectiva da promoção da alimentação saudável na escola: as capacitações no âmbito dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar**. 2011. 96f. Dissertação (Mestrado Profissional) –

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:<<http://www.biblioteca.unifesp.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CHAVES, L. G. *et al.* Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013.

FREITAS, M. C. S. *et al.* Escola: lugar de estudar e de comer. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 979-985, 2013.

GABRIEL, C. G. *et al.* Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina: caracterização e perfil de atuação. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 971-978, 2013.

JUZWIAK, C. R. *et al.* A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1009-1018, 2013.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA R. C. C. P.; GALVÃO C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, V. 17, n. 4, p. 758-764, out-dez. 2008.

OLIVEIRA, A. B. A. *et al.* Avaliação da presença de microrganismos indicadores higiênico-sanitários em alimentos servidos em escolas públicas de Porto Alegre, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 955-962, 2013.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** 2011. 133f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.

SANTOS, L. A. S. *et al.* Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 993-1000, 2013.

SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCARPARO, A. L. S. *et al.* Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1001-1008, 2013.

SILVA, C. A. M. *et al.* O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 963-969, 2013.

SILVA, R. M. N. **Pesquisas desenvolvidas pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar e suas utilizações pelo PNAE**. 2011. 90f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:<<http://www.biblioteca.unifesp.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SOUSA, L. M. *et al.* Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-992, 2013.

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Brasília-DF, 11/02/2014.

À Senhora

Albaneide Maria Lima Peixinho

Coordenadora Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Senhora Albaneide,

Como aluna do Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais da Saúde – CEFPEPS, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), estou desenvolvendo o trabalho de conclusão do curso sob a orientação da Prof^a. Ma. Sônia Maria Nunes Viana.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo principal relatar as ações desenvolvidas pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), bem como sua importância na implantação da política pública de alimentação e nutrição do escolar.

Para a coleta de dados será necessária a análise documental referente aos CECANEs (planos de ação, termo de cooperação, relatórios, manuais informativos) e a realização de entrevistas com servidores da Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE).

Dessa forma, venho solicitar a sua concordância para que seja realizada a referida pesquisa.

Atenciosamente,



Larissa Freire Botelho
Pesquisadora Responsável

De Acordo,
Em 11/02/2014.



Albaneide Maria Lima Peixinho

Coordenadora Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar